



Estado do Ceará Procuradoria-Geral do Estado

Concurso Público

Procurador do Estado - 3.ª Categoria

Caderno de Provas Objetivas

Aplicação: 15/2/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Estudos e Treinamento

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cem questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará anulação, conforme consta no Edital n.º 1/2003 - PGE-CE, de 31/10/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de quatro horas e trinta minutos, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 16/2/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br>, nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e do Centro de Estudos e Treinamentos (CETREI) da Procuradoria-Geral do Estado, situado na Avenida Washington Soares, n.º 707 — Edson Queiroz, em Fortaleza – CE.
- II 17 a 19/2/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 9/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório de prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – PGE-CE, de 31/10/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0800 61 446 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação, servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 1

Considerando o tratamento teórico atual dispensado à Constituição Federal e às suas normas, assinale a opção correta.

- A O princípio da unidade da Constituição legitima a declaração de inconstitucionalidade de norma elaborada pelo poder constituinte originário, quando esta for questionada frente ao princípio republicano.
- B O Supremo Tribunal Federal (STF) somente pode invalidar normas da Constituição, se estas decorrerem de emendas constitucionais e inobservarem as limitações impostas pelo poder constituinte originário.
- C As normas constitucionais que não são consideradas auto-aplicáveis somente ganham eficácia mínima com a edição de lei que as regule.
- D As normas constitucionais podem ser revogadas, mas não, invalidadas.
- E A rigidez constitucional decorre exclusivamente da existência de cláusulas pétreas, ou seja, de limitações materiais explícitas.

QUESTÃO 2

Acerca da competência dos tribunais, assinale a opção **incorreta**.

- A O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga originariamente os governadores denunciados por crimes comuns.
- B Ações acidentárias, embora tendo autarquia federal no pólo passivo, são de competência da justiça estadual.
- C As causas em que são partes empresas públicas federais de regra são julgadas na justiça federal.
- D As relações de trabalho dos servidores públicos, contratados ou submetidos a regime estatutário, são julgadas na justiça do trabalho.
- E A justiça militar do Ceará é competente para o processo e o julgamento dos seus policiais e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei.

QUESTÃO 3

A Emenda Constitucional n.º 32, de 11/9/2001, alterou substancialmente o regime jurídico das medidas provisórias (MPs). A respeito dessas modificações, assinale a opção **incorreta**.

- A Todas as MPs em vigor na data da publicação da emenda tiveram, em caráter incondicional, sua vigência prorrogada até ulterior revogação por outra MP ou apreciação pelo Congresso Nacional.
- B O regime atual obsta reedições sucessivas da mesma MP, com o objetivo de manter-lhe a vigência.
- C A referida emenda proibiu edição de MP para regular matéria reservada a lei complementar, modificando, nesse ponto, a jurisprudência do STF, que entendia, até então, válida MP com força de lei complementar, desde que aprovada por maioria absoluta.
- D A referida emenda tornou explícita a proibição de reeditar, na mesma sessão legislativa, MP rejeitada pelo Congresso Nacional.
- E Tanto no regime anterior como no regime atual, é possível a edição de MP para regular matéria relativa a tributos.

QUESTÃO 4

Com relação ao poder constituinte estadual, julgue os itens a seguir.

- I Uma proposta de emenda à Constituição do Estado do Ceará deve ser discutida e votada pela Assembléia Legislativa, em dois turnos, sendo considerada aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- II O STF é guardião da Constituição Federal e, portanto, não pode invalidar normas da Constituição do Ceará.
- III Na Constituição do Ceará, não há limitações materiais explícitas ao poder competente para alterá-la.
- IV A elaboração da Constituição do Ceará, como expressão de autonomia política, não se sujeita a normas jurídicas superiores.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 5

Durante muitos anos, no Brasil, vigorou norma constitucional que limitava a taxa de juros reais em 12% ao ano, a qual, no entanto, não teve o condão de modificar a realidade jurídica, tanto assim que o próprio sistema financeiro sempre cobrou índices bem superiores àquele estabelecido. Do ponto de vista da teoria constitucional, o problema da norma estava relacionado à sua

- A constitucionalidade.
- B validade.
- C vigência.
- D legalidade.
- E eficácia.

QUESTÃO 6

Na proteção dos direitos sociais e dos direitos individuais da criança, do adolescente e do idoso, a Constituição Federal **não** previu expressamente a

- A gratuidade do ensino fundamental aos adultos.
- B gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 anos.
- C inimizabilidade penal dos menores de 18 anos.
- D restrição à propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas.
- E licença-maternidade de 120 dias à mulher, empregada ou servidora pública, em caso de adoção.

QUESTÃO 7

Acerca do controle de constitucionalidade das leis municipais e estaduais, assinale a opção correta.

- A Qualquer juiz ou órgão fracionário do tribunal de justiça pode, livremente, afastar a aplicação de lei municipal ou estadual, declarando *incidenter tantum* sua inconstitucionalidade.
- B O STF, por ser órgão pleno, jamais pode declarar a inconstitucionalidade de lei municipal.
- C As leis estaduais podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade tanto no tribunal de justiça como no STF, mas terão, necessariamente, parâmetros formais diversos.
- D Possui efeito vinculante a decisão proferida pelo tribunal de justiça tanto no controle difuso quanto no controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal.
- E No Ceará, o defensor-geral da Defensoria Pública não tem legitimidade para propor representação de inconstitucionalidade de lei local, perante o respectivo tribunal de justiça.

QUESTÃO 8

Tendo em vista o sistema nacional de proteção ao meio ambiente, disciplinado por normas constitucionais e infraconstitucionais, especialmente quanto à competência para legislar sobre o meio ambiente, protegê-lo e fiscalizá-lo, assinale a opção correta.

- A No âmbito da legislação ambiental, o município não pode suplementar a legislação federal ou estadual.
- B A preservação de florestas insere-se na exclusiva competência da União, por se tratar de bens pertencentes a este ente federativo.
- C O Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), tem por função precípua estudar e propor as diretrizes da política ambiental nacional.
- D O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) tem atribuição constitucional estadual para apreciar os relatórios de estudo de impacto ambiental exigidos no âmbito do estado do Ceará.
- E O licenciamento ambiental de obras potencialmente poluidoras, ainda que o impacto ambiental seja restrito ao estado ou a um de seus municípios, é concedido pelo IBAMA, autarquia federal.

QUESTÃO 9

No que se refere às prerrogativas e imunidades parlamentares de deputados e vereadores, assinale a opção **incorreta**.

- A Os deputados estaduais, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença da Assembléia Legislativa.
- B Deputados e vereadores possuem imunidade material, da qual decorre a impossibilidade de serem responsabilizados, penal e civilmente, por suas manifestações relacionadas ao exercício do mandato.
- C Os vereadores não possuem as imunidades formais dos deputados estaduais ou federais.
- D É possível a prisão em flagrante de deputado por crime inafiançável.
- E Desde a diplomação, os deputados federais que cometerem crime serão submetidos a julgamento no STF, independentemente de se tratar de crime ocorrido antes ou depois de sua condição de parlamentar.

QUESTÃO 10

A intervenção do estado em município depende sempre de

- A requerimento do tribunal de contas dos municípios.
- B expedição de decreto do governador.
- C procedência de ação específica pelo tribunal de justiça.
- D referendo da Assembléia Legislativa.
- E solicitação da respectiva Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

QUESTÃO 11

Incluem-se entre os bens do estado do Ceará

- A os rios que banham mais de um município, mas que têm nascente e fôz em seu território.
- B as praias que banham o litoral cearense.
- C os recursos minerais do seu território.
- D as terras ocupadas pelos índios situadas exclusivamente dentro dos limites geográficos do estado.
- E os sítios arqueológicos localizados em quaisquer de seus municípios.

QUESTÃO 12

Quanto à evolução das constituições, aos tipos possíveis e ao sentido que alcançam na atualidade, julgue os itens a seguir.

- I Na história constitucional brasileira, apenas a constituição imperial foi outorgada.
- II A constituição é documento que possui natureza política e que, na concepção original do século XVIII, deveria, necessariamente, acolher a teoria da separação de poderes e declarar os direitos dos cidadãos frente ao Estado.
- III A Constituição em vigor no Brasil é formal, histórica, flexível e analítica.
- IV Qualquer constituição, não importa a que Estado nacional se refira, deve conter cláusulas pétreas, pois, do contrário, terá apenas força de lei, sem a necessária supremacia.
- V A constituição pode ganhar novos sentidos tanto por processo formal legislativo como por processo informal de mudança de suas normas.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e V.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 13

O Ministério Público estadual, em investigação no âmbito de inquérito civil público em que se apura irregularidade na licitação de imóveis públicos pertencentes a um município, requisitou ao Banco Central do Brasil (BACEN) informações acerca das movimentações financeiras do prefeito e de seus secretários municipais.

Considerando a hipótese acima, assinale a opção correta.

- A Segundo entendimento atual do STF, o Ministério Público de regra não tem legitimidade para, sem interferência do Poder Judiciário, determinar a quebra do sigilo bancário, ainda mais quando envolva o conhecimento de dados da vida privada.
- B A quebra do sigilo bancário, segundo a Constituição Federal, só é possível para fins de investigação criminal.
- C Sendo os investigados detentores de imunidades formais, o pedido deve ser analisado pela Câmara Municipal.
- D O sigilo bancário não é protegido pela Constituição Federal.
- E Uma vez autorizada a quebra do sigilo bancário, é lícita a divulgação dos dados obtidos.

QUESTÃO 14

Alguns instrumentos de tutela de direitos individuais, coletivos e difusos já se encontram disciplinados no próprio plano constitucional, o que os leva a ganhar dimensão hierárquica superior. Acerca da função e do manejo dessas garantias processuais, assinale a opção **incorreta**.

- A Ação civil pública pode dar causa à declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum* de lei federal, estadual ou municipal.
- B É inadmissível o ajuizamento de ação popular que busca invalidar ato de conteúdo jurisdicional.
- C A impetração de *habeas data* requer a demonstração de que o interessado postulou, perante entidade governamental ou de caráter público competente, seu direito de obter informações sobre sua pessoa ou de retificar dados.
- D O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da subsidiariedade, de tal modo que não será ela admitida, sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo e apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado.
- E O STF tem adotado a posição de legislador positivo no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, sempre que da recusa do Poder Legislativo em sanar o estado de inconstitucionalidade sobrevenha efetiva lesão a direitos dos cidadãos.

QUESTÃO 15

Com referência à fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos recursos públicos, assinale a opção correta.

- A Os recursos voluntários repassados pela União a estado, ao Distrito Federal ou a município submetem-se à exclusiva fiscalização do respectivo Tribunal de Contas do Estado.
- B O Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional com a função de controle externo, é composto por membros escolhidos exclusivamente pelo Presidente da República.
- C O Tribunal de Contas do Estado do Ceará tem competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal apenas da administração direta estadual que se submetam a regime estatutário.
- D É função do Tribunal de Contas do Ceará homologar as contas do ICMS devidas aos municípios.
- E Tanto o Tribunal de Contas da União quanto o Tribunal de Contas dos Estados têm competência para sustar os contratos lesivos ao patrimônio público que lhes sejam afetos.

QUESTÃO 16

Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A A administração pública, ao praticar atos regulados pelo direito civil, embora se iguale ao particular, preserva, em razão da supremacia do interesse público, a possibilidade de anular unilateralmente esses atos.
- B É sempre possível à administração pública revogar atos administrativos contrários ao interesse público, desde que não tenha ocorrido a preclusão ou a prescrição.
- C Em todos os atos administrativos discricionários, o requisito **objeto** relaciona-se como mérito administrativo.
- D Embora intransferível, a competência para a prática de um ato administrativo sempre poderá ser objeto de delegação ou avocação.
- E A auto-executoriedade é atributo de todos os atos administrativos, uma vez que eles têm por finalidade a realização do bem comum.

QUESTÃO 17

Julgue os itens abaixo, relativos ao controle da administração pública, ao domínio público e aos bens públicos.

- I Em razão dos direitos e das garantias individuais assegurados pela Constituição Federal de 1988, em matéria de recurso administrativo não é possível a previsão legal da *reformatio in pejus*.
- II O Poder Legislativo estadual pode, no exercício de atividade de controle externo dos atos administrativos, anular atos administrativos que estejameivados de nulidade absoluta.
- III O domínio público sob a forma de domínio eminente pode incidir sobre bens do patrimônio privado ou sobre coisas inapropriáveis individualmente mas de utilidade coletiva.
- IV Em razão de sua destinação a fins públicos, os bens de uso comum do povo e os de uso especial possuem como característica a inalienabilidade absoluta e, como decorrência desta, a impenhorabilidade.
- V Embora a permissão de uso seja um ato precário, a sua revogação pela administração pública poderá dar-se com ou sem indenização para o particular permissionário.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 18

Com relação a contrato administrativo e licitação, assinale a opção correta.

- A O princípio de vinculação ao instrumento convocatório, em face do princípio administrativo da legalidade, não dá margem à atuação do poder discricionário do administrador na interpretação das regras editalícias.
- B A aprovação do edital de licitação pela assessoria jurídica do órgão não gera responsabilidade pessoal solidária do emitente do parecer, uma vez que ele apenas subsidia a decisão da autoridade competente para autorizar o procedimento licitatório.
- C A divisão em parcelas dos serviços a serem contratados, quando técnica e economicamente viável, é obrigatória, mantendo-se para cada parcela a modalidade de licitação cabível em razão do valor total dos serviços a serem contratados.
- D As cláusulas exorbitantes que caracterizam os contratos administrativos são sempre expressas e decorrentes de lei.
- E A alteração do contrato administrativo em razão da substituição da garantia dependerá sempre da concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 19

Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A O convite é modalidade de licitação realizada entre os interessados do ramo pertinente ao seu objeto que estejam cadastrados previamente ou que atenderem as condições de cadastramento até três dias antes da data do recebimento da proposta.
- B A adjudicação é o procedimento pelo qual o presidente da comissão de licitação considera satisfatória a proposta classificada em primeiro lugar.
- C Caso a administração pública não pague, na data estipulada no contrato, o valor devido pela parcela executada, o particular pode, de imediato, desde que notifique a autoridade competente, suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja regularizado o pagamento.
- D Na concessão de serviço público, aplica-se a Lei n.º 8.666/1993, com suas modificações, para a definição da modalidade de licitação a ser utilizada para a escolha do concessionário.
- E No caso de a execução do serviço público pela concessionária mostrar-se contrária ao interesse público, poderá ocorrer a encampação, pela administração pública, fazendo o concessionário jus apenas à indenização dos prejuízos regularmente comprovados, decorrentes do ato.

QUESTÃO 20

Considerando agentes administrativos, regimes jurídicos e processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta.

- A Os dirigentes de empresas estatais não são considerados agentes administrativos.
- B Como regra geral, o servidor público que se aposentar por invalidez terá direito a proventos proporcionais, calculados sobre a média de sua remuneração nos últimos cinco anos.
- C Os agentes administrativos se submetem ao regime jurídico da entidade em que servem.
- D O processo administrativo disciplinar pode ter as fases de instauração, instrução, defesa, relatório e decisão, aplicando-se o princípio do contraditório a partir da fase de defesa.
- E A decisão proferida pela comissão disciplinar em seu relatório é vinculante para a administração pública.

QUESTÃO 21

Com referência aos poderes da administração, assinale a opção correta.

- A Os poderes administrativos são instrumentais, sendo utilizados pela administração pública para cumprir suas finalidades.
- B A inexistência de vinculação absoluta permite à administração pública apreciar aspectos de conveniência, interesse público e de forma, quando no uso do seu poder vinculado.
- C A discricionariedade da administração pública aplica-se apenas aos aspectos de conteúdo e de oportunidade do ato administrativo.
- D Com o uso do poder hierárquico, é sempre possível a invalidação, pela autoridade superior, dos atos praticados por seus subordinados.
- E Caso o Poder Executivo exorbite na utilização de seu poder regulamentar, o Poder Legislativo poderá anular o ato normativo editado.

QUESTÃO 22

Assinale a opção correta com relação ao poder de polícia da administração.

- A O poder de polícia administrativo incide sobre bens, direitos, atividades e pessoas.
- B A vinculação é, na maioria dos casos, um dos atributos do poder de polícia administrativo, uma vez que, no uso desse poder, a administração pública atua nos estritos limites da lei e dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.
- C A previsão legal confere o atributo de auto-executoriedade às multas aplicadas com o uso do poder de polícia administrativo.
- D A exigibilidade está presente em todos os atos praticados no exercício do poder de polícia.
- E O alvará de licença, concedido no uso do poder de polícia administrativo, é precário, podendo ser revogado sumariamente a qualquer tempo.

QUESTÃO 23

Considerando a servidão administrativa, a ocupação provisória e a reversibilidade de bens afetos ao serviço público, assinale a opção correta.

- A As servidões administrativas podem ser constituídas por lei, por acordo ou por sentença judicial.
- B As servidões administrativas extinguem-se pela sua falta de uso ou se a coisa dominante for desafetada.
- C Nas indenizações decorrentes da instituição de servidão administrativa, não são devidos juros compensatórios.
- D Por força de lei, a ocupação provisória, pela administração pública, de terrenos não-edificados, para fins de execução de obra pública, é gratuita e não enseja exigência de caução pelo proprietário do terreno ocupado.
- E A reversão dos bens dos concessionários de serviço público em favor do concedente é sempre gratuita e independe de expressa previsão contratual.

QUESTÃO 24

Com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação — Lei n.º 9.985/2000 —, assinale a opção correta.

- A A criação de uma estação ecológica ou reserva biológica deve ser obrigatoriamente precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar sua localização, sua dimensão e seus limites.
- B A desafetação ou a redução dos limites do Parque Ecológico da Lagoa da Maraponga, no estado do Ceará, criado pelo Decreto n.º 21.349/1991, somente pode ser feita mediante lei específica.
- C Todas as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.
- D A constituição de um mosaico de unidades de conservação, para fins de gestão integrada e participativa, é possível quando existir um conjunto de unidades de conservação que sejam próximas, justapostas ou sobrepostas, desde que essas unidades não sejam de categorias diferentes.
- E É proibida a introdução nas reservas extrativistas de espécies que não sejam autóctones.

QUESTÃO 25

Assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil e da improbidade administrativa.

- A** Na teoria da culpa administrativa, incluiu-se a possibilidade de responsabilidade da administração pública por funcionamento inadequado ou retardamento do serviço, preservando-se, porém, a necessidade de comprovação da culpa subjetiva do agente administrativo.
- B** A teoria do risco administrativo impõe a obrigação da administração pública de indenizar todo dano sofrido pelo particular em consequência do funcionamento de um serviço público.
- C** Segundo o entendimento do STF, na determinação da responsabilidade objetiva do Estado, não se aplica, quanto ao nexa causal, a teoria do dano direto e imediato.
- D** A prática, por servidor público, de um ato definido legalmente como de improbidade administrativa pode ensejar a instauração simultânea de processos nas instâncias administrativa, penal e cível.
- E** O ato de improbidade administrativa exige, para a sua caracterização, a demonstração da ocorrência de prejuízo para o erário e dolo ou culpa do agente.

QUESTÃO 26

Julgue os itens abaixo, relativos aos serviços públicos.

- I Serviços públicos impróprios são aqueles serviços indivisíveis que a administração presta sem ter usuários determinados, para atender a coletividade.
- II Como a Constituição Federal não indicou expressamente nenhum serviço público de competência estadual, cabe aos estados apenas prestar os serviços de interesse regional que não sejam de competência da União.
- III A desconcentração de um serviço público implica a atribuição desse serviço a diferentes órgãos, de entidades distintas, devendo esses órgãos executar o serviço sempre de forma direta.
- IV Na prestação descentralizada de serviço público, o poder público transfere a titularidade e a execução ou só a execução do serviço para uma entidade da administração indireta ou para um particular.
- V A outorga de serviço público e a retirada ou modificação dessa outorga somente podem ser feitas por lei.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e IV. **E** IV e V.
- B** I e III. **D** III e V.

QUESTÃO 27

Com relação à organização administrativa, assinale a opção correta.

- A** No direito brasileiro, as agências reguladoras são autarquias sob regime especial, o qual se caracteriza pela independência administrativa, pela autonomia financeira e pelo poder normativo dessas agências.
- B** A instituição de autarquias ocorre por meio de decreto, o qual aprova o regulamento ou estatuto da entidade e transfere os bens que compõem seu patrimônio inicial.
- C** As fundações criadas pela administração pública com personalidade jurídica de direito privado são submetidas exclusivamente ao regime jurídico privado.
- D** As sociedades de economia mista e as empresas públicas têm em comum sua criação por lei.
- E** Nos termos da Constituição Federal, a extinção de uma empresa pública, matéria privativa do chefe do Poder Executivo, é feita por meio de ato do Poder Executivo.

QUESTÃO 28

Julgue os itens abaixo, relativos à organização administrativa.

- I Os bens e as rendas das autarquias são patrimônio público, porém com uma destinação especial e sob administração da entidade à qual foram incorporados.
- II É constitucional a lei estadual que subordina a nomeação dos dirigentes de autarquias estaduais à prévia aprovação pela assembléia legislativa.
- III O limite imposto à remuneração dos ocupantes de cargos da administração direta estadual aplicar-se-á à remuneração dos empregados de uma empresa pública estadual, quando ela receber recursos do estado para pagamento de despesas de pessoal.
- IV A criação de subsidiárias de sociedades de economia mista depende de autorização legislativa.
- V Cabe à lei complementar definir as áreas de atuação das fundações.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta com relação à desapropriação.

- A** As desapropriações por interesse social serão sempre feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- B** A desapropriação é um procedimento administrativo que possui uma fase declaratória e uma fase executória.
- C** Os bens das autarquias e das fundações públicas que não sejam vinculados ao serviço público podem ser expropriados desde que haja expressa autorização legislativa.
- D** É possível ao Poder Judiciário avaliar aspectos relativos à utilidade ou ao interesse social declarados como justificativa para a desapropriação, porque esses são requisitos legais para a consecução do ato expropriatório.
- E** A indenização justa do bem expropriado não compreende parcelas relativas a juros compensatórios e à atualização monetária.

QUESTÃO 30

Julgue os itens abaixo, relativos aos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente — Lei n.º 6.938/1981 — e às áreas de preservação permanente — Lei n.º 4.771/1965.

- I São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente a avaliação de impactos ambientais e a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, pelo poder público, quando elas existirem.
- II Consideram-se de preservação permanente, por disposição legal, as florestas e as demais formas de vegetação natural no topo de morros, montes, montanhas e serras.
- III Consideram-se de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do poder público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares.
- IV Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, podem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente, desde que feita prévia avaliação de remanejamento de espécies pelo poder público.
- V Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o reflorestamento de preservação permanente, se o proprietário não o fizer, o poder público federal poderá fazê-lo desde que desapropriar a área.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 31

Acerca do lançamento, julgue os itens que se seguem

- I Lançamento é o procedimento administrativo tendente a constituir a obrigação tributária, tendo em vista a ocorrência do fato gerador previsto em lei.
- II Inexistindo escrita regular, poderá a autoridade fiscal promover o lançamento por arbitramento, mediante a utilização de critérios razoáveis, ainda que existam documentos necessários à apuração do montante do tributo devido, uma vez que essa espécie de lançamento tem caráter punitivo.
- III O lançamento por homologação ocorre quando existe determinação legal para que o sujeito passivo verifique a ocorrência do fato gerador e antecipe o pagamento do tributo, ficando a extinção do crédito tributário sob condição resolutória da posterior homologação pelo fisco.
- IV Quando o fisco tem responsabilidade pela verificação da ocorrência do fato gerador, do montante do tributo e da identificação e notificação do sujeito passivo, diz-se ocorrer lançamento de ofício, que ocorre, por exemplo, quanto ao IPTU e ao IPVA.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e III. **E** III e IV.
B I e III. **D** II e IV.

QUESTÃO 32

A Constituição consagra, em seu art. 150, I, o princípio da legalidade, segundo o qual não se pode exigir ou majorar tributo sem lei. Considerando esse princípio, julgue os itens a seguir.

- I A data de pagamento do ICMS, por ser dado que repercute na exigibilidade do tributo, não pode ser alterada por decreto.
- II É possível a instituição ou majoração de impostos por medida provisória, uma vez que esta tem força de lei. A medida provisória, contudo, somente produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia do exercício em que tiver sido editada.
- III Existem exceções ao princípio da legalidade. Assim, as alíquotas do Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) podem ser alteradas por meio de decreto.
- IV Lei complementar pode delegar ao chefe do Poder Executivo a competência para conceder, mediante decreto, crédito presumido, anistia ou remissão de tributos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e III. **E** III e IV.
B I e III. **D** II e IV.

QUESTÃO 33

No tocante à repetição de indébito tributário, julgue os itens subsequentes, considerando a jurisprudência do STJ.

- I O comerciante só pode exigir a repetição de valor de contribuição previdenciária paga sobre a remuneração de administradores, autônomos e avulsos, se demonstrar que não transferiu o encargo financeiro.
- II Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido, enquanto os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.
- III Na ausência de homologação expressa pela autoridade fiscal, o prazo para o exercício do direito de pleitear a restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação será de cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador.
- IV No caso de ser o tributo declarado inconstitucional, em sede de controle concentrado, o prazo para obter a restituição do tributo pago corre a partir da data da publicação do acórdão.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II. **C** II e III. **E** III e IV.
B I e III. **D** II e IV.

QUESTÃO 34

Com relação à interpretação da legislação tributária, julgue os itens abaixo.

- I Para a determinação do montante do tributo devido, deve-se verificar a legislação vigente por ocasião da ocorrência do fato gerador.
- II No que se refere à instituição de critérios de apuração ou de processo de fiscalização, aplica-se a legislação em vigência por ocasião da ocorrência do fato gerador, uma vez que tais dados alteram vários dos aspectos da hipótese de incidência tributária.
- III Tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei que reduz a multa aplicável pela infração à legislação tributária não se aplica retroativamente aos fatos ocorridos antes de sua vigência.
- IV A lei tributária que dispõe sobre outorga de isenção deve ser objeto de interpretação extensiva.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 35

No tocante ao ICMS, julgue os itens a seguir.

- I Trata-se de tributo de competência dos estados e do Distrito Federal.
- II É tributo não cumulativo, ou seja, pode-se compensar o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas operações anteriores.
- III De acordo com a jurisprudência do STF, o contribuinte tem direito à correção monetária do crédito de ICMS.
- IV O ICMS não pode ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 36

A Constituição Federal proíbe, no art. 150, VI, c, a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos estabelecidos em lei. Considerando, portanto, a concessão da imunidade condicionada a tais instituições, julgue os itens que se seguem.

- I Entidade de assistência social é imune ao pagamento de IPTU, mesmo quando o imóvel é alugado a terceiro, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado em suas atividades essenciais.
- II A referida imunidade das instituições de assistência social alcança as entidades fechadas e abertas de previdência social.
- III Os requisitos para imunidade tributária por parte das entidades de assistência social em relação aos impostos devem ser estabelecidos por lei ordinária.
- IV As entidades de assistência social, beneficiárias da imunidade, estão dispensadas de manter escrituração de receitas e despesas.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 37

As taxas, nos termos da Constituição Federal, podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Acerca dessa espécie tributária, julgue os itens a seguir.

- I O exercício das atividades de fiscalização de atividades profissionais pode ensejar a cobrança de taxas.
- II A competência para a instituição de taxas é comum, cabendo à pessoa jurídica de direito público competente para a prestação de serviços públicos ou para o exercício do poder de polícia.
- III A iluminação pública não pode ser fato gerador de taxa, uma vez que não há prestação de serviços específicos e divisíveis em relação ao contribuinte.
- IV A taxa de limpeza pública pode ter a mesma base de cálculo do IPTU.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 38

Em relação à sujeição passiva e à responsabilidade tributária, assinale a opção **incorreta**.

- A A denúncia espontânea exclui a responsabilidade por correção monetária e juros moratórios.
- B O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- C Diz-se que há solidariedade passiva quando dois ou mais devedores do tributo ou da penalidade pecuniária estão obrigados, individualmente, pelo valor total da dívida.
- D A lei pode atribuir a terceiro, que não tenha relação pessoal e direta com o fato gerador, a condição de responsável pelo pagamento do tributo.
- E A capacidade tributária passiva significa a aptidão para ser sujeito passivo de uma relação tributária e independe da capacidade civil das pessoas naturais.

QUESTÃO 39

Em relação aos empréstimos compulsórios, assinale a opção **incorreta**.

- A Devem ser instituídos mediante lei complementar.
- B Podem ser instituídos para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- C A competência para sua instituição é concorrente entre a União e os estados.
- D Devem ser restituídos ao contribuinte, no prazo e nas condições estabelecidos em lei.
- E Se instituídos para viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, será imprescindível a observância do princípio da anterioridade.

QUESTÃO 40

Assinale a opção que contém as modalidades de suspensão do crédito tributário.

- A moratória e compensação
- B depósito do montante integral e conversão do depósito em renda
- C parcelamento e transação
- D compensação e remissão
- E concessão de medida liminar em mandado de segurança e parcelamento

DIREITO CIVIL, DIREITO COMERCIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 41

Um empregado, em razão de evento danoso que culminou com sua incapacidade laborativa, mediante ação judicial, pleiteou do empregador indenização por danos materiais e morais, alegando a responsabilidade subjetiva do empregador, consistente na falta de realização de cursos de treinamento e de fornecimento de equipamentos de proteção individual ao empregado.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A O empregador deverá ser condenado somente ao pagamento dos danos materiais, que correspondem aos danos emergentes e lucros cessantes que o autor deixou de auferir em razão da sua incapacidade laborativa.
- B Não existem danos morais a serem indenizados pelo empregador, pois, no caso, ocorreu a concorrência de culpa da vítima, que não adotou os cuidados necessários na elaboração de seu trabalho, afastando a responsabilidade aquiliana.
- C O empregador deverá responder pela total indenização dos danos causados ao empregado, independentemente de culpa, por desenvolver atividade que por sua natureza cause riscos para o direito de outrem.
- D O empregador deverá responder pelos danos materiais e morais causados ao empregado pois agiu com culpa no evento danoso que resultou na incapacidade laborativa de seu empregado.
- E Deverá o empregado buscar a reparação do dano material junto ao INSS e, se provada a culpa ou o dolo do empregador, este deverá responder pelos danos morais sofridos pelo empregado.

QUESTÃO 42

Em relação ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- A Na hipótese de morrer o avô e renunciando à sua herança seu único filho, e este tiver descendentes, os netos do *de cujus* não receberão a herança que caberia ao renunciante invocando o direito de representação, pois os bens do espólio passarão à viúva-meira na qualidade de herdeira na classe subsequente.
- B As pessoas jurídicas têm capacidade sucessória passiva para serem aquinhoadas por testamento, desde que existam no momento da morte do testador.
- C Caso dois netos representem o pai, já morto, na sucessão do avô, na hipótese de um dos netos renunciar à herança, a parte renunciada será acrescida à parte do outro.
- D Se uma pessoa casada sob o regime da comunhão parcial de bens falecer *ab intestato*, deixando cônjuge, avô paterno e dois avós maternos, e a herança for constituída de bens adquiridos na constância do casamento, a sucessão será feita aquinhoadando-se 50% ao cônjuge supérstite, e a outra metade, em partes iguais, aos ascendentes do falecido.
- E Na ordem de sucessão hereditária, o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime adotado no casamento, concorre com os descendentes do falecido.

QUESTÃO 43

Clóvis adquiriu de Florisvaldo a propriedade de um lote de terreno urbano, mediante escritura pública de compra e venda, devidamente averbada no Cartório de Registro de Imóveis. Todavia, posteriormente, tomou conhecimento de que o seu bem havia sido invadido, tendo sido construídos, em um curto espaço de tempo, vários cômodos de alvenaria no interior de seu lote. O documento de identidade de Clóvis fora falsificado, o que permitiu a outorga de procuração pública em seu nome para uma terceira pessoa — Manoel — com cláusula “em causa própria”, com poderes para alienar o imóvel. Comprovou-se que a procuração em questão não era autêntica, pois fora outorgada por outra pessoa que se utilizara de documentos falsos do proprietário.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A A aquisição de imóvel, mediante procuração falsa, é nula, uma vez que toda a transação de venda foi efetuada sem a anuência de seu legítimo proprietário.
- B Caberá a Manoel, por ser adquirente de boa-fé, buscar indenização contra o praticante da fraude, não sendo lícita a sua pretensão de indenização pelo legítimo proprietário pelas benfeitorias realizadas no terreno nem assistindo-lhe o direito de retenção.
- C Manoel não perderá o domínio do imóvel, por ser adquirente de boa-fé e em razão da presunção de veracidade gerada pelos documentos públicos.
- D Na hipótese, trata-se de procuração em causa própria, com amplos poderes, até mesmo para alienar o imóvel, deixando de ser autorização representativa e presumindo-se a transferência da posse e propriedade ao outorgado. Constitui, assim, um título traslativo da propriedade e não mero mandato.
- E O registro do título de aquisição do domínio de um bem imóvel no cartório de registro de imóveis gera a presunção absoluta e indestrutível da propriedade.

QUESTÃO 44

Acerca dos contratos, à luz do Código Civil, assinale a opção incorreta.

- A Nas obrigações de prestações recíprocas, o inadimplemento de um permite ao outro a opção de resolver o contrato ou opor a exceção do contrato não-cumprido, deixando de efetuar a sua prestação enquanto a outra parte não efetuar a respectiva contraprestação.
- B A operação interpretativa de um contrato pressupõe a existência de controvérsia instaurada pelos contratantes a respeito do conteúdo do contrato no momento da execução, cabendo ao Poder Judiciário dirimir a controvérsia, declarando com força vinculativa para as partes acerca do sentido exato da palavra, frase ou cláusula controversa.
- C A onerosidade excessiva é causa de resolução de pleno direito do contrato, retroagindo seus efeitos se o contrato for de execução continuada ou periódica.
- D Pelo princípio da boa-fé, os contratos devem ser interpretados como o exijam a confiança e a lealdade recíprocas em correlação com os usos.
- E O princípio da conservação do contrato apregoa a interpretação racional, isto é, aquela que tenha sentido e permita ao contrato produzir o efeito mais útil.

QUESTÃO 45

Com referência ao casamento, assinale a opção **incorreta**.

- A A natureza jurídica do pacto antenupcial envolve tão-somente aspectos reguladores das atividades patrimoniais dos nubentes.
- B O prazo para intentar ação de anulação de casamento é de dois anos, contados do ato da celebração.
- C A coação apta a viciar a manifestação da vontade do nubente deve ser considerável, iminente e fundada em temor de dano a sua pessoa, a sua família e seus bens.
- D Todos os impedimentos matrimoniais previstos no Código Civil são de caráter absoluto e o casamento celebrado com infração a quaisquer desses impedimentos será nulo.
- E A posse do estado de casados serve para se provar a existência do casamento e não para convalidar vício que o invalida.

QUESTÃO 46

À luz do Código Civil, assinale a opção correta.

- A Na hipótese de o devedor firmar contrato de renegociação de dívida prescrita, constituindo nova, e oferecendo nova garantia com título de crédito no valor integral da dívida, não ocorrerá a novação, pois a obrigação assumida pelo devedor é originária de dívida prescrita.
- B Se um devedor aliena ou onera o seu patrimônio em reconhecimento de fraude contra credores, esse ato de alienação ou oneração não leva à invalidação do ato, mas apenas a ineficácia perante os credores.
- C Na vigência do prazo do contrato de concessão de superfície, pode o superficiário transferir o seu direito real, bem como modificar a destinação da utilização do terreno, por termo aditivo, com alteração de cláusula específica em escritura pública, a ser registrada no cartório competente.
- D A cláusula penal convencionalmente garantida ao contratante o direito de se arrepender e somente será devida em caso de inadimplemento culposo da obrigação.
- E Se o devedor já insolvente conceder a remissão de dívida, poderão os credores quirografários pleitear a ineficácia do perdão, para que os créditos se reincorporem no ativo do devedor.

QUESTÃO 47

Em relação à propriedade e à posse, assinale a opção correta.

- A Se o proprietário tiver o seu veículo furtado e, após empreender as diligências necessárias, encontrá-lo em poder de terceiro de boa-fé, que inclusive já o registrou como seu na repartição de trânsito, ficará impedido de exigir a restituição, cabendo ao proprietário originário ingressar com ação de indenização em face do alienante.
- B Na propriedade fiduciária, ocorrem duas modalidades de tradição consensual: no início, o constituto possessório e, ao término do pagamento, a tradição *brevis manu*, ou seja, resgatará a propriedade sem que se opere a entrega material da coisa.
- C O direito de retenção consiste na faculdade de o possuidor, seja de boa-fé ou má-fé, manter o poder de fato sobre a coisa alheia até ser indenizado pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis nela realizadas.
- D A detenção se confunde com a posse direta, pois o detentor exerce atos possessórios enquanto o proprietário exerce a posse indireta sobre o bem objeto da relação jurídica de direito real ou pessoal.
- E O interdito proibitório é o remédio colocado à disposição do possuidor que foi esbulhado para recuperar a posse perdida, implicando reação imediata à injusta agressão, por sua própria força.

QUESTÃO 48

Em relação ao direito de família, assinale a opção **incorreta**.

- A A afinidade, na linha reta, recebe o tratamento equiparado ao do parentesco, com as limitações legais, sendo que não se extingue mesmo com a dissolução do casamento ou da união estável que a originou.
- B Em casamento celebrado em março de 2003, em que as partes, por meio de pacto antenupcial, adotaram o regime de separação total de bens, pode qualquer dos cônjuges vender bem imóvel, de sua propriedade exclusiva, sem o consentimento do outro.
- C Caracterizada a união estável entre os companheiros, os bens adquiridos na constância da relação, a título oneroso, pertencem a ambos. Em caso de dissolução do vínculo, deverão ser partilhados como determinam as regras do regime da comunhão parcial de bens, dispostas no Código Civil.
- D Ao protutor incumbe auxiliar o juiz, fiscalizando a atuação do tutor e informando ao magistrado acerca de qualquer descuido e malversação dos bens do menor.
- E Um imóvel adquirido por financiamento por um dos cônjuges seis meses antes do casamento, sob regime da comunhão parcial, não integra o patrimônio do casal. Os valores pagos a título de financiamento na constância da sociedade conjugal entrarão na partilha por ocasião da dissolução da sociedade conjugal.

QUESTÃO 49

A respeito dos direitos reais, assinale a opção correta.

- A Se o proprietário de bem dado em garantia real alienar o aludido bem antes do termo de pagamento, a alienação é válida, porém, ineficaz perante o credor.
- B O usufruto viúvo é uma modalidade de usufruto legal resultante do direito sucessório em favor do cônjuge viúvo sobre um quarto dos bens do falecido na concorrência com seus descendentes.
- C Somente o usufrutuário é responsável perante o condomínio pelo pagamento do débito relativo às despesas condominiais, pelo fato de ser o usufrutuário responsável legalmente pelas despesas de conservação e pelos impostos devidos pela posse da coisa.
- D O resgate da hipoteca pelo credor da segunda hipoteca acarreta a extinção do ônus real, ou seja, libera o imóvel onerado, mediante o pagamento da quantia devida.
- E É válida a cláusula contratual que autoriza o credor pignoratício a ficar com o bem empenhado se a dívida não for paga no vencimento.

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta.

- Ⓐ O proprietário do veículo responde civil e solidariamente pelos danos causados a terceiro, ainda que o veículo esteja sendo conduzido por quem o adquiriu, mas não ultimou as providências para transferir a propriedade do mesmo.
- Ⓑ As pessoas jurídicas não gozam da proteção dos direitos de personalidade, pois tais direitos têm por objetivo primordial a preservação do respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos protegidos constitucionalmente.
- Ⓒ É possível a desconsideração da personalidade jurídica se for configurado abuso desta, sendo certo, entretanto, que os bens particulares dos administradores ou sócios não respondem pelas obrigações assumidas pela sociedade, uma vez que o patrimônio social não se confunde com o patrimônio individual dos sócios.
- Ⓓ Quando a venda de imóvel se dá como coisa certa e discriminada, é irrelevante a referência às suas dimensões, presumindo-se, na hipótese, ter sido feita *ad corpus*.
- Ⓔ Quando o objeto adquirido não é o que o comprador pretendeu adquirir, este pode rescindir o contrato, alegando a ocorrência de vício redibitório.

QUESTÃO 51

Em relação à competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juízo federal é competente para processar e julgar ação de indenização por acidente de trabalho proposta contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, sendo a competência, na hipótese, determinada *ratione personae*.
- Ⓑ O foro da situação da coisa é competente para processar e julgar ação reivindicatória proposta contra a Caixa Econômica Federal (empresa pública federal), ainda que o local não seja sede de justiça federal, pois a competência territorial nas ações reais é absoluta (*forum rei sitae*).
- Ⓒ O STJ é competente para dirimir conflito entre tribunal de justiça estadual e tribunal regional federal.
- Ⓓ O STJ é originariamente competente para processar e julgar mandado de segurança contra atos de outros tribunais ou de seus respectivos órgãos.
- Ⓔ Competente para processar e julgar ação de indenização por acidente de veículo movida contra a fazenda estadual é o foro da capital do estado e não o do local do acidente ou da residência da vítima, se tais comarcas não forem sede de vara da fazenda pública.

QUESTÃO 52

Assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Proposta ação contra sociedade de economia mista, o juiz de direito entendeu ser incompetente para processar o feito, remetendo os autos à justiça federal. O juiz federal a quem for distribuído o feito, caso entenda que também lhe falte competência, deve suscitar conflito de competência para julgamento pelo STJ.
- Ⓑ Ação de constituição de servidão administrativa em propriedade particular, proposta por empresa privada concessionária de atividade de exploração de energia elétrica, diante do manifesto desinteresse da União Federal em integrar o pólo ativo da ação, corre perante o juízo estadual.
- Ⓒ Se o juiz conceder a tutela antecipada na sentença, a parte poderá executá-la provisoriamente, ainda que sobre ela penda apelação comefeito suspensivo.
- Ⓓ Se o autor demandar o réu para ressarcimento por danos causados por acidente de veículo, poderá este, entendendo ter havido culpa do autor, formular pedido de ressarcimento em seu favor na própria contestação, sendo-lhe vedado reconvir nos termos tradicionais.
- Ⓔ A defensoria pública, o Ministério Público e a fazenda pública possuem prazo em dobro para responder agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta.

- Ⓐ A execução somente comporta condenação em verba honorária se forem opostos embargos.
- Ⓑ A decretação de falência de uma empresa não suspende o processo de execução fiscal contra ela instaurado, mas desloca a competência para o juízo da falência.
- Ⓒ O presidente do tribunal de justiça pode determinar o pagamento de precatório complementar no prazo de 90 dias, seja na hipótese de insuficiência de depósito por erro material ou aritmético, seja na hipótese de adoção de outro índice econômico para correção monetária ou qualquer outro incidente que demande a complementação do pagamento.
- Ⓓ Empresa de transporte coletivo, demandada em ação de reparação de danos, pelas vítimas do acidente, poderá nomear à autoria o motorista, causador direto do dano.
- Ⓔ Somente os débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado são admitidos para a execução contra a fazenda pública, vedada a possibilidade de precatórios originários de execução provisória.

QUESTÃO 54

Em relação à liquidação, à execução e aos embargos do devedor, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Pode o executado alegar inexigibilidade do título executivo judicial — relativizando, assim, a coisa julgada —, frente à existência de julgado proferido pelo STF que tiver reconhecido a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo sobre o qual o título executivo estiver fundado.
- Ⓑ A liquidação de sentença deve guardar estrita consonância com o decidido na fase cognitiva, daí porque, se a sentença foi omissa em relação à condenação em juros moratórios, estes não podem ser incluídos na liquidação.
- Ⓒ Pode o executado opor exceção de pré-executividade, sem segurança prévia do juízo, quando alega que a ação de execução não preenche as condições da ação executiva — exigibilidade, certeza e liquidez, nos moldes do artigo pertinente do Código de Processo Civil (CPC).
- Ⓓ Na execução de sentença, os incidentes ocorridos após a expedição do precatório devem ser decididos pelo juiz da causa, de primeira instância. O presidente do tribunal, na condução do precatório, age como autoridade administrativa, não tendo seu procedimento conteúdo de jurisdicionalidade.
- Ⓔ O titular da primeira penhora, se credor quirografário, tem direito a satisfazer integralmente seu crédito, se o produto da alienação o comportar, ficando o segundo da fila com as sobras, se houver, ressalvado seu direito de penhorar outro bem.

QUESTÃO 55

Em relação aos recursos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O prequestionamento, seja da questão constitucional, em se tratando de recurso extraordinário, seja de questão infraconstitucional, nas hipóteses de recurso especial, deve ser feito pelo autor na inicial, e pelo réu, na contestação, sob pena de preclusão.
- Ⓑ Prolatada sentença que impuser à fazenda pública condenação por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 em razão de acidente de veículo da secretaria de fazenda do governo estadual que vitimou o filho do autor, se somente a fazenda apelar da sentença, estará o tribunal impedido de elevar o valor da indenização, ainda que entenda que este deveria ter sido fixado no valor pleiteado na inicial.
- Ⓒ Prolatada sentença que impuser à fazenda pública condenação por danos materiais e morais, se a fazenda apelar parcialmente da sentença, impugnando apenas a condenação em danos morais, poderá o tribunal reformar a sentença também em relação aos danos materiais, abaixando o valor da condenação.
- Ⓓ A decisão do relator sobre o recurso a ele distribuído é impugnável para o órgão colegiado por meio de agravo, recurso que não dá ensejo ao agravado para responder, não tem revisor, não precisa ser incluído em pauta e é julgado sem prévia comunicação às partes.
- Ⓔ A competência atribuída ao órgão perante o qual se interpõe o recurso, para aferir-lhe a admissibilidade, não exclui a competência do órgão *ad quem* no tocante a esse ponto, ou seja, o pronunciamento do primeiro nenhuma preclusão gera no segundo.

QUESTÃO 56

Ainda em relação aos recursos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ É admitida a interposição simultânea de agravo e do pedido de suspensão da segurança contra decisões liminares em mandado de segurança.
- Ⓑ No julgamento de apelação, pode o tribunal manter a sentença apelada, modificando, entretanto, os fundamentos da decisão, pois o efeito devolutivo é amplo em relação à profundidade do apelo.
- Ⓒ É inadmissível, por falta de interesse, o recurso extraordinário em que as razões de impugnação concernem a um só dos fundamentos da decisão impugnada, quando o outro seja bastante, por si só, para justificá-la.
- Ⓓ O tribunal de justiça, ao julgar recurso, não pode levar em consideração a ocorrência de fato superveniente, alegado e provado pela parte, ainda que capaz de influir no julgamento da causa, pois haveria supressão de instância, já que o juiz de primeiro grau, ao julgar, não teve conhecimento do referido fato.
- Ⓔ Entendimento sumulado do STF especifica que a apelação da sentença proferida em mandado de segurança deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, ficando revogada a liminar, ainda que o juiz não o declare expressamente na sentença.

QUESTÃO 57

Quanto ao procedimento monitorio, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O procedimento monitorio visa propiciar àquele que seja credor de quantia certa, de coisa fungível ou de coisa móvel determinada, comprovado o crédito por documento escrito, contudo, sem eficácia de título executivo, o direito de requerer em juízo a expedição de mandado (injunção ou monitorio) de pagamento ou de entrega da coisa ou bem, para a satisfação daquele seu direito.
- Ⓑ Segundo entendimento do STF, é desnecessária a indicação da *causa debendi* em ação monitoria fundada em título de crédito que perdeu a eficácia executiva.
- Ⓒ Não caberá a ação monitoria se a inicial não estiver acompanhada de prova escrita que comprove a dívida entre autor e réu.
- Ⓓ Não é cabível ação monitoria contra a fazenda pública pois a execução contra esta é feita por precatório, e não por alienação de bens.
- Ⓔ Documento escrito para a propositura da monitoria não precisa ser obrigatoriamente emanado do devedor e assinado por este, sendo suficiente a prova escrita que revele a existência da obrigação.

QUESTÃO 58

Com referência à ação rescisória, assinale a opção correta.

- A Sentença de mérito somente pode ser rescindida em razão de violação de norma de natureza material, não se admitindo a rescisão em razão de violação de norma processual (*mero error in procedendo*).
- B Não são rescindíveis acórdãos proferidos em causas de competência originária dos tribunais, daí porque não se admite rescisória de ação rescisória.
- C A rescisória somente pode ser proposta com fundamento nas hipóteses previstas no art. 485 do CPC, cuja enumeração é taxativa, estando vedado o recurso à analogia para admissão de novos fundamentos.
- D É pressuposto da rescindibilidade que se tenham utilizado todos os recursos admissíveis contra a sentença, antes de seu trânsito em julgado.
- E Constitui ofensa à coisa julgada passível de ação rescisória a existência de decisões favoráveis à pretensão dos autores, em ações análogas, com trânsito em julgado, ainda que não haja identidade de partes, mas havendo identidade de pedido e causa de pedir, tendo em vista o escopo unificador da jurisprudência.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta.

- A O privilégio da fazenda pública de contar em dobro o prazo para recorrer e em quádruplo para contestar também se estende ao Ministério Público e às empresas públicas e sociedades de economia mista que exerçam funções delegadas do Estado ou atuem como concessionárias de serviço público.
- B Se o autor propõe determinada ação, distribuída para a primeira vara cível da comarca e, antes da citação, ciente de que o respectivo juiz tem posicionamento contrário ao pedido, desiste do feito e propõe novamente idêntica ação, será competente para processar e julgar o feito não o juiz determinado pela distribuição mas sim aquele da 1.ª vara cível, a quem fora distribuída a ação anterior.
- C Dizer que uma ação possui caráter dúplice significa que é admitida reconvenção do réu se o fundamento da defesa for conexo como pedido do autor.
- D A denegação de segurança por falta de prova pré-constituída obsta a renovação do pedido pelo impetrante, pelas vias ordinárias, tendo em vista a constituição de coisa julgada contra si.
- E Em todas as ações de dissolução de sociedade de fato ou de união estável em que uma das partes seja servidora pública estadual ou municipal, a respectiva fazenda pública deve ser chamada a integrar o feito tendo em vista as repercussões econômicas que poderá vir a sofrer. Assim é que, falecendo o servidor, o seu companheiro, reconhecido como tal por sentença, terá direito a percepção de pensão previdenciária.

QUESTÃO 60

Assinale a opção **incorreta**.

- A Em ação de divórcio direto, pode o juiz remeter os autos, de ofício, ao foro do domicílio da mulher, sendo desnecessária a provocação da parte interessada a respeito da incompetência do foro.
- B A facultatividade do litisconsórcio dá liberdade ao autor para formá-lo, independentemente da vontade do réu, quando preenchidos os requisitos e pressupostos legais para sua formação.
- C É permitido ao juiz desconstituir litisconsórcio ativo facultativo multitudinário, visando assegurar o exercício do direito de defesa da parte contrária e evitar o tumulto processual.
- D O entendimento do STJ é no sentido de que, embora se trate de competência territorial, em regra relativa, admissível a declinação de competência de ofício quando se tratar de foro de eleição nas ações derivadas de relações de consumo, dado o seu caráter público, caracterizador de competência absoluta.
- E O impedimento do juiz dá ensejo à ação rescisória da sentença por ele prolatada, mas o mesmo não ocorre em relação à suspeição, vício que, com o trânsito em julgado da sentença, torna-se sanado.

QUESTÃO 61

A empresa Laboratório Nova, domiciliada na Europa, desenvolveu um medicamento cuja fórmula é inédita. A patente no Brasil, uma vez requerida, foi legalmente concedida. Nessa situação, ocorreria a extinção do direito de patente se

- A o Laboratório Nova não renovasse o pedido pelo prazo de 10 anos.
- B o Laboratório Nova renunciasse à patente, caso em que extinguir-se-ia o direito, inclusive, quanto a terceiros.
- C o Laboratório Nova não pagasse a retribuição anual, a partir do início do segundo ano da data do depósito.
- D um grupo de pesquisadores demonstrasse que já utilizava a mesma fórmula no Brasil antes de a patente ser concedida.
- E o Laboratório Nova não mantivesse procurador no Brasil, com poderes de representação administrativa e judicial.

QUESTÃO 62

Uma das matérias que merece destaque no estudo da atribuição de poderes entre os entes que compõem o Estado é a distribuição e atribuição de poder normativo e regulamentador. Nesse sentido, a Lei n.º 4.595/1964 atribui ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o poder de estabelecer normas sobre várias matérias. Assinale a opção que contém uma matéria cuja normatização ou regulamentação **não** compete ao CMN.

- A características gerais das cédulas e moedas
- B disciplina das operações creditícias em todas as suas formas e modalidades, inclusive quando realizadas entre instituições não-financeiras
- C regulamentação do funcionamento das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários
- D normas gerais de estatística a serem seguidas pelas instituições financeiras
- E normas sobre a estrutura técnica e administrativa do BACEN

QUESTÃO 63

Ao adquirir um veículo 0 km, João firmou contrato com a seguradora Alfa, incluindo um seguro para eventuais danos pessoais e materiais relativos a seu veículo, para cobertura pelo prazo de um ano. Em face dessa situação, de acordo com as regras sobre seguro insertas no novo Código Civil, assinale a opção **incorreta**.

- A A obrigação da seguradora se restringe a riscos predeterminados.
- B Se, tendo ocorrido um sinistro segurado, João tivesse perdido a apólice, poderia provar o seguro como bilhete de seguro.
- C Se o veículo foi adquirido de concessionária, a lei faculta a João que faça o seguro como fabricante.
- D Se João, para conseguir o benefício do seguro, praticar ato doloso, o contrato será anulado.
- E Em conformidade com o texto legal, se João estiver em mora com a seguradora relativamente ao prêmio e se, nessa situação, ocorrer um sinistro, João não terá direito a indenização.

QUESTÃO 64

Cláudio fez uma compra na loja Beta, contratando o pagamento em seis prestações mensais, iguais e sucessivas. A loja emitiu duplicata(s), que João assinou no momento da compra.

A respeito dessa situação hipotética e considerando a legislação aplicável, assinale a opção **incorreta**.

- A A loja pode emitir uma única duplicata, com discriminação apenas do valor total devido.
- B A loja pode emitir uma única duplicata, com discriminação de cada parcela.
- C A loja pode emitir seis duplicatas, todas com o mesmo número de ordem, acrescido de uma letra.
- D Se optar por emitir seis duplicatas, a loja pode definir datas certas de vencimento.
- E Se emitir uma única duplicata, a loja pode discriminar as datas certas de seus vencimentos.

QUESTÃO 65

Luísa adquiriu, no supermercado Gama, determinado produto, fabricado pela indústria Delta, domiciliada na Ásia, e importado pela importadora Épsilon. Ao utilizar o bem adquirido, sofreu dano decorrente de defeito verificado, caracterizado como fato do produto. Esgotadas, no PROCON, as tentativas administrativas de reparação do prejuízo, Luísa recorreu ao Poder Judiciário.

Na situação hipotética acima, quanto à sujeição passiva, levando-se em conta as normas incidentes, à luz do CDC, **não** é cabível o ajuizamento de ação contra o

- A produtor estrangeiro, se o defeito for no projeto.
- B produtor estrangeiro, se o defeito for na fabricação.
- C comerciante, se o defeito for no acondicionamento.
- D importador, se o defeito for no acondicionamento.
- E importador, se o defeito for no projeto.

QUESTÃO 66

A loja de departamentos Pi vende produtos de limpeza, produtos de vestuário, cosméticos e aparelhos eletrônicos. Comumente, essa loja sofre ações com base no Código de Defesa do Consumidor, em razão de vícios nos produtos. Com base nesse código, **não** cabe responsabilizar a loja Pi quando se verificar vício de

- A qualidade que torne o produto impróprio ao consumo.
- B disparidade entre as indicações constantes do rótulo e as informações veiculadas em mensagens publicitárias.
- C quantidade que torne o produto impróprio ao consumo.
- D qualidade que torne o produto inadequado ao consumo.
- E quantidade que torne o produto inadequado ao consumo.

QUESTÃO 67

Uma das formas admitidas em direito para buscar remediar crises financeiras por que passam sociedades comerciais é o instituto da concordata preventiva. É necessário que o comerciante interessado em obter a concessão preencha alguns requisitos previstos em lei. Assinale a opção que **não** configura requisito necessário para o requerente obter a concordata preventiva.

- A Arquivar, registrar ou inscrever no registro do comércio os documentos e livros indispensáveis ao exercício legal do comércio.
- B Possuir ativo cujo valor corresponda a mais de 50% do seu passivo quirografário.
- C Não ser falido ou, se o foi, estarem declaradas extintas as suas responsabilidades.
- D Exercer regularmente o comércio há mais de cinco anos.
- E Não ter título protestado por falta de pagamento.

QUESTÃO 68

A empresa Rô obteve de um juiz concordata preventiva. Nesse caso, a Lei de Falências impõe à empresa alguns efeitos jurídicos sobre seus contratos, débitos e créditos. Assinale a opção que **não** configura um efeito jurídico decorrente da concessão de concordata à empresa Rô.

- A A empresa deve compensar débitos e créditos, respeitadas as restrições legais.
- B A empresa deve manter inalterados seus contratos bilaterais.
- C A empresa deve restituir coisa arrecadada em poder do falido quando seja devida em virtude de direito real ou de contrato.
- D Durante o processo da concordata preventiva, o concordatário não poderá se manter na administração dos seus bens e não poderá alienar imóveis, salvo com autorização judicial.
- E Durante o processo da concordata preventiva, o concordatário continuará seu negócio, sob fiscalização do comissário.

QUESTÃO 69

Por motivos que lhe eram próprios, a sociedade limitada Sigma requereu autofalência. Para esse requerimento, a sociedade deveria ter cumprido determinadas exigências legais. Nesse sentido, assinale a opção que **não** corresponde a exigência prevista na Lei de Falências.

- A Haver mais de 60 dias desde o vencimento de título executivo que a sociedade não pagara.
- B Dever da sociedade de expor as causas do pedido e o estado dos negócios.
- C Dever da sociedade de juntar o balanço do ativo e passivo com a indicação e a avaliação aproximada de todos os bens.
- D Dever da sociedade de juntar a relação nominal dos credores comerciais e civis.
- E Dever da sociedade de juntar o contrato social.

QUESTÃO 70

No direito brasileiro, o falido pode ser reabilitado em razão de algumas situações. Assinale a opção que contém uma situação que **não** reabilita o falido.

- A A prescrição das obrigações do falido.
- B O pagamento das obrigações do falido.
- C O rateio de mais de 40% das dívidas, depois de realizado todo o ativo.
- D O decurso do prazo de cinco anos, contado a partir do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por crime falimentar.
- E O decurso do prazo de oito anos, contado a partir do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado a pena de detenção por crime falimentar.

DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO PENAL

QUESTÃO 71

Considerando os princípios que informam o processo do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- A O princípio do impulso oficial nas execuções confere ao juiz a faculdade de dar andamento aos feitos, independentemente de provocação ou requerimento das partes interessadas.
- B O princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias apenas admite como exceção os casos de denegação do trânsito de recursos e de antecipação dos efeitos da tutela.
- C O princípio da concentração determina que os atos processuais sejam praticados em audiência, ressalvadas as situações excepcionais, prestigiando-se a economia e a celeridade processuais.
- D Como manifestação da simplicidade que informa o processo laboral, o princípio da oralidade autoriza a prática de atos orais em audiência, como a apresentação da defesa e de razões finais.
- E O princípio da extrapetição está presente na autorização legal conferida ao juiz para determinar o pagamento de indenização, apesar de postulada apenas a reintegração de empregado alcançado pela estabilidade própria ou absoluta no emprego.

QUESTÃO 72

Com base nas regras que informam os institutos da prescrição e da decadência no âmbito do direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- A Para os trabalhadores urbanos, regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o prazo prescricional é de cinco anos, observado o limite de dois anos contados da data da dissolução do contrato.
- B É decadencial o prazo de 30 dias para o ajuizamento de inquérito judicial para a apuração de falta grave cometida por empregado estável, suspenso previamente pelo empregador.
- C A prescrição da pretensão alusiva a férias tem como marco inicial o instante em que for concluído o período concessivo, fluindo por dois anos, em caso de extinção do contrato de trabalho.
- D É parcial a prescrição incidente sobre pretensão relativa a desconstituição de enquadramento funcional promovido pelo empregador, já que eventual prejuízo é renovado mês a mês.
- E A alteração da remuneração do empregado, com a supressão das comissões auferidas, por ato unilateral do empregador, rende ensejo à configuração da prescrição total.

QUESTÃO 73

A propósito da substituição processual trabalhista, assinale a opção correta.

- A O sindicato detém legitimidade para atuar como substituto processual em ação trabalhista que tenha por objeto a condenação ao pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade.
- B A substituição dos trabalhadores pelos sindicatos confunde-se com a situação do litisconsórcio ativo facultativo, dado que, por ocasião da execução do título judicial, todos os favorecidos deverão ser devidamente especificados e qualificados.
- C Na substituição processual trabalhista, o sindicato profissional atua como representante, em nome dos trabalhadores associados, independentemente de autorização individual e específica para tanto.
- D A legitimidade dos sindicatos para propor as denominadas ações de cumprimento está restrita às sentenças normativas, não alcançando preceitos de acordos e(ou) convenções coletivos de trabalho.
- E É ilegítima a substituição processual pelo sindicato com o objetivo de cobrar depósitos do FGTS que não tenham sido realizados pelo empregador.

QUESTÃO 74

Com relação à assistência judiciária e aos honorários de advogado no âmbito da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A Os honorários devidos pela parte sucumbente são arbitrados pelo juiz, observado o limite máximo de 20% do valor da causa.
- B A assistência judiciária deve ser prestada pelas defensorias públicas ou, sucessivamente, pelos sindicatos, salvo nas localidades em que não existirem essas instituições, caso em que caberá ao órgão do Ministério Público prestar a assistência judiciária aos necessitados.
- C Quando auferir salário igual ou inferior ao mínimo legal, terá o trabalhador direito a assistência jurídica prestada pelo sindicato de sua categoria profissional, caso em que o percentual máximo de honorários será de 15%.
- D A assistência judiciária prestada pelo sindicato está adstrita apenas aos trabalhadores e aos associados.
- E Quando prestada a assistência sindical por defensores ou promotores públicos, os honorários devidos serão revertidos em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

QUESTÃO 75

A propósito dos dissídios individuais trabalhistas, assinale a opção correta.

- Ⓐ As ações judiciais trabalhistas devem ser apresentadas com o patrocínio de advogado, salvo aquelas cujo valor seja inferior a 20 salários mínimos.
- Ⓑ Os inquéritos para a apuração de falta grave podem ser propostos de forma verbal, cabendo ao empregador, nesse caso, comparecer em cinco dias à secretaria do órgão judicial para reduzi-la a termo, sob pena de perder por seis meses o direito de propor a ação.
- Ⓒ O reclamante deve comparecer pessoalmente à audiência ou fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma categoria profissional, como lhe for conveniente, sob pena de arquivamento da ação.
- Ⓓ A ausência injustificada do reclamado à audiência impõe a suspensão desse ato processual, desde que não tenha ainda sido apresentada defesa, em razão dos prejuízos causados à tentativa de conciliação.
- Ⓔ Aberta a audiência e verificada a impossibilidade de conciliação, o reclamado terá vinte minutos de prazo para apresentar sua defesa, após a leitura da inicial da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

QUESTÃO 76

Em relação às regras que informam o rito sumaríssimo trabalhista, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplicável às ações cujo valor seja inferior a 60 salários mínimos, o procedimento sumaríssimo impõe ao juiz a instrução e o julgamento da causa em uma única audiência.
- Ⓑ A existência de defeito na petição inicial, tal como a falta de liquidação de parte dos pedidos deduzidos, determina a emenda respectiva, em dez dias, sob pena de indeferimento.
- Ⓒ Em nenhuma hipótese, admite-se a citação por edital, cabendo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
- Ⓓ As testemunhas, em número máximo de três por litigante, devem comparecer independentemente de intimação, sob pena de se presumir a desistência da parte na produção desse meio de prova.
- Ⓔ A sentença deve ser proferida com estrita observância aos requisitos estruturais (relatório, fundamentação e dispositivo), sob pena de nulidade.

QUESTÃO 77

Acerca do sistema de nulidades observado no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Indeferida a prova testemunhal pretendida em audiência pelo autor e julgados improcedentes os pedidos por ele deduzidos, apenas por ocasião do recurso ordinário será possível suscitar a nulidade por cerceio ao direito de produção de provas.
- Ⓑ A inobservância do interstício de cinco dias entre a data da notificação citatória e a data da audiência inicial, caracterizando nulidade, determina a repetição daquele ato inicial de comunicação processual, salvo se apresentada regularmente a defesa pela parte reclamada.
- Ⓒ A nulidade resultante da incompetência territorial do órgão judicial para o qual foi distribuída a ação há de ser decretada de ofício, com a conseqüente remessa dos autos à autoridade competente.
- Ⓓ Embora convencendo-se de que a perícia contábil requerida e indeferida no decorrer da instrução se mostrava necessária ao julgamento adequado do conflito, restando, assim, evidenciada nulidade processual, deve o juiz proferir a sentença, observando os ônus probatórios de cada qual dos litigantes.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética. Postulado o pagamento de horas extras em determinada ação trabalhista, verificou-se a revelia da empresa empregadora. Interposto o recurso ordinário com observância aos pressupostos legais, constatou o tribunal a existência de claro vício no ato de citação praticado, matéria suscitada como preliminar. Nessa situação, embora exista nos autos confissão obreira acerca da ausência da sobrejornada alegada, será impositivo o decreto de nulidade do processo, desde que a citação represente ato essencial para a validade do processo.

QUESTÃO 78

Considerando os recursos cabíveis no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum recurso será cabível contra a decisão proferida por magistrado trabalhista que, reconhecendo a ilegalidade da dispensa de dirigente sindical praticada por determinada empresa, expeça ordem liminar de reintegração no emprego.
- Ⓑ Se, ao receber o recurso ordinário, o juiz relator constatar que a matéria debatida já se encontrava pacificada na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), inclusive figurando em enunciado de sua súmula e, por isso, em decisão monocrática, negar seguimento ao recurso, contra essa decisão, admitir-se-á a interposição de agravo de instrumento, no prazo de oito dias.
- Ⓒ Contra a decisão interlocutória que indefere citação por edital requerida em ação trabalhista em fase de conhecimento, admite-se a interposição de agravo de instrumento, no prazo de oito dias.
- Ⓓ Proferida a sentença em ação civil pública por juiz estadual investido da jurisdição trabalhista, o recurso cabível será a apelação, no prazo de quinze dias.
- Ⓔ Contra o julgamento de embargos de terceiro proferido em segunda instância, o recurso de revista ao TST será cabível quando demonstrar a parte sucumbente a divergência da decisão regional em relação a outra proferida por tribunal congênera.

QUESTÃO 79

À luz das regras informativas do processo de execução trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Quando a lesão combatida alcançar área superior à da jurisdição da vara em que está sediada a empresa infratora, o termo de ajuste de conduta por ela firmado em inquérito civil público instaurado pelo Ministério Público do Trabalho deve ser executado perante o tribunal do trabalho competente.
- B** A transação de direitos trabalhistas firmada em Comissão de Conciliação Prévia (CCP), envolvendo a ausência de relação de emprego, configura título extrajudicial a ser executado perante a justiça comum.
- C** Quando elaborados os cálculos por arbitramento, deverá o juiz, obrigatoriamente, conceder às partes oportunidade para prévia impugnação, antes de proferir a sentença de liquidação, sob pena de nulidade.
- D** A execução das contribuições previdenciárias incidentes sobre os títulos da condenação trabalhista apenas será possível quando requerida pelo INSS, no prazo de oito dias contados da data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.
- E** A sentença que julga provados os artigos de liquidação não autoriza a interposição de qualquer recurso imediato, pois objetiva apenas viabilizar a definição do valor da execução.

QUESTÃO 80

Acerca do mandado de segurança no âmbito da jurisdição trabalhista, assinale a opção correta.

- A** O mandado de segurança é cabível para coibir transferência abusiva de dirigente sindical.
- B** Julgado o mandado de segurança pelo TRT, o recurso de revista será cabível no prazo de oito dias.
- C** O mandado de segurança pode ser impetrado para coibir penhora de bem de terceiro, estranho à relação jurídica processual originária.
- D** A penhora em dinheiro incidente sobre conta bancária do devedor, em execução definitiva de sentença trabalhista, não fere direito líquido e certo nem autoriza a concessão de ordem requerida em mandado de segurança.
- E** A ausência de documento essencial à compreensão da polêmica denunciada em ação mandamental impõe ao magistrado a determinação de emenda da inicial, sob pena de indeferimento.

QUESTÃO 81

Cada opção abaixo apresenta uma situação hipotética a propósito do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A** João e Paulo trabalharam juntos por alguns anos, prestando serviços de limpeza de piscinas em residências particulares. Partilhavam as despesas e os lucros alcançados, cabendo a João o contato com os clientes e o agendamento das atividades e a Paulo, a responsabilidade pela limpeza das piscinas. Nessa situação, é correto afirmar que Paulo mantinha com João contrato de trabalho.
- B** Lucas prestava serviços por um ou dois dias semanais em favor de uma empresa de mudanças e recebia seus pagamentos por dia trabalhado. Era apanhado no mesmo ponto, juntamente com outros trabalhadores que prestavam serviços em condições similares. Nessa situação, se for demonstrado que Lucas prestava serviços exclusivos à empresa de mudanças, haverá que se reconhecer o contrato de trabalho entre as partes.
- C** Contratado como apontador no mesmo dia em que completou quinze anos de idade, Júnior não teve seu contrato de trabalho formalizado. Ao completar dezessete anos de idade, foi injustamente dispensado e recebeu as verbas rescisórias apenas com base nos últimos doze meses de trabalho. Nessa situação, agiu com acerto o empregador, pois o trabalho de menores de dezesseis anos de idade, ressalvada a situação de aprendizagem, é proibido pela Constituição da República.
- D** Paulo atuava como pastor em determinada igreja e recebia prebendas pelo exercício de seu ofício, durante os dias úteis da semana. Embora fosse dos pastores mais fervorosos e aplicados, alguns desentendimentos havidos com a direção da igreja, relativamente aos dias e horários em que deveria officiar, acabaram levando Paulo a propor ação trabalhista, buscando o reconhecimento do contrato de trabalho, o decreto de sua rescisão indireta e os efeitos patrimoniais resultantes. Nessa situação, mesmo havendo pessoalidade e não eventualidade, a justiça do trabalho não deverá reconhecer o vínculo de emprego.
- E** Adson foi contratado para construir um muro em determinada residência familiar, recebendo os materiais para tanto necessários, mediante o pagamento de quantia certa e específica. Nessa situação, Adson qualifica-se como empregado, devendo alcançar os registros necessários em sua CTPS.

QUESTÃO 82

Acerca dos institutos da sucessão de empresas e da solidariedade, assinale a opção correta.

- A São solidárias as empresas que possuem alguns de seus sócios comuns, ainda que entre elas não haja qualquer vínculo orgânico, comercial, industrial ou de qualquer natureza.
- B Há sucessão quando determinada empresa vinícola aliena parte de seu maquinário, considerado não-essencial, para a produção de vinhos a outra empresa congênere.
- C Configurada a sucessão de empresas, o novo titular do empreendimento responde por eventuais débitos trabalhistas que lhe forem legados pelo antigo proprietário, salvo se houver, no contrato de alienação societária celebrado, cláusula que exclua expressamente essa possibilidade.
- D As empresas que compõem grupo econômico serão solidariamente responsáveis pelos débitos trabalhistas de cada qual delas, desde que os trabalhadores lesados tenham prestado serviços a mais de uma delas, sem auferirem qualquer vantagem adicional.
- E A alienação a terceiro de uma das filiais de uma grande empresa de móveis e eletrodomésticos, incluídos os bens materiais e imateriais que compõem o empreendimento, caracteriza sucessão. Nesse caso, os empregados não podem recusar a prestar serviços ao sucessor, sob pena de cometerem infração contratual suscetível de conduzir à resolução de seus contratos.

QUESTÃO 83

A respeito da remuneração e do salário, cada opção a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja **incorreta**.

- A Jonas foi contratado como fiscal de determinada empresa seguradora, mediante salário mensal de dois mil reais. Realizava constantes viagens a serviço, percebendo diárias mensais da ordem de mil e quinhentos reais, não estando obrigado a prestar contas. Nessa situação, o valor das diárias integra o salário, devendo ser computado para todos os efeitos legais.
- B Como garçom de uma grande churrascaria, Joaquim tinha sua remuneração composta por dois salários mínimos, além das gorjetas cobradas aos clientes que atendia, totalizando valor mensal aproximado a dez salários mínimos. Nessa situação, os valores pertinentes às gorjetas não devem ser computados para cálculo de horas extras e repouso semanal remunerado.
- C Depois de cinco anos prestando serviços para a empresa Cervejeira Ltda., Tércio foi surpreendido com o não-pagamento de seu salário, fato que se repetiu no mês seguinte e que resultou das sérias dificuldades financeiras vividas pela empresa. Como forma de minimizar os transtornos causados a seus empregados, ofereceu-lhes a empresa o pagamento em caixas de cerveja que mantinha em seu estoque. Nessa situação, se Tércio aceitar a proposta oferecida, os salários devidos estarão devidamente quitados.
- D A cada trimestre, Paula, recepcionista de uma grande empresa de organização de eventos, recebia novos e diversificados trajes que deveriam ser usados na execução de suas tarefas. Os valores correspondentes aos trajes eram descontados de seu salário em três parcelas mensais e sucessivas. Nessa situação, é correto afirmar que, embora a boa apresentação fosse necessária para a execução do contrato, não há como conferir aos trajes fornecidos natureza salarial, capaz de justificar os descontos mensais praticados.
- E Um empregador formalizou seguro de vida e de acidentes pessoais em benefício de seus empregados, de modo espontâneo e sem nenhum custo para eles. Nessa situação, os valores gastos pelo empregador não são considerados parcelas integrantes dos salários concedidos.

QUESTÃO 84

Com respeito a equiparação salarial, cada opção a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Márcio foi promovido ao posto de chefe de seção no Banco Usuário S.A., no qual permaneceu por dois anos, até ser transferido para outra cidade. Para seu lugar foi designado o empregado Fábio, que, todavia, não auferiu o mesmo padrão salarial. Nessa situação, caso submeta a questão ao exame judicial, sob o prisma da isonomia salarial, Fábio não terá ganho de causa.
- B José e Marcos prestam serviços à mesma empresa de informática, atuando na mesma filial, com igual produtividade e perfeição técnica. Nessa situação, há direito à isonomia salarial, independentemente de qualquer outro requisito, sob pena de ilegalidade.
- C Embora contratadas na mesma data, para a mesma função de telefonista e para atuação no mesmo local, Joana e Lúcia recebiam salários diferenciados, justificados, segundo a empresa, pela maior experiência anterior de Joana na função. Nessa situação, havendo justificativa razoável, é perfeitamente lícita a diferenciação praticada.
- D As lojas da rede de supermercados Vende Mais Ltda. são situadas nas cidades de Goiânia e Brasília. Nessa situação, independentemente das lojas e das cidades em que estejam sediadas, os gerentes das lojas devem auferir o mesmo salário, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da isonomia.
- E Determinada empresa conta com quadro de pessoal organizado em carreira, homologado por autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, prevendo promoções alternadas por antiguidade e merecimento. Nessa situação, apesar da existência de quadro de carreira e da homologação referida, deverá haver a equiparação salarial entre empregados que atuem em condições absolutamente idênticas.

QUESTÃO 85

Em cada uma das opções subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética. Acerca da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cujo assertiva esteja **incorreta**.

- A Quando executava suas atividades profissionais, Caio sofreu um acidente e ficou incapacitado para o trabalho por doze dias. Nessa situação, durante o período de incapacitação, o contrato de trabalho estará interrompido, cabendo ao empregador o ônus pelo pagamento dos salários correspondentes.
- B Aos dezessete anos de idade, Judite foi contratada por um supermercado e, seis meses depois, engravidou de seu namorado. Teve sua gravidez interrompida em virtude de um aborto que realizou por vontade própria. Apresentou atestado médico a seu empregador, com o objetivo de justificar a licença médica de duas semanas. Nessa situação, o contrato de trabalho de Judite será interrompido no período de afastamento.
- C Vitimado em acidente de trabalho, Pedro submeteu-se a exame realizado por junta médica, cujo laudo, taxativo, concluiu pela aposentadoria por invalidez. Nessa situação, o contrato de trabalho será considerado suspenso durante o período necessário à efetivação do benefício, conforme previsto na legislação previdenciária.
- D No ano em que completou dezoito anos de idade, um empregado alistou-se e, ato contínuo, foi convocado a prestar serviço militar obrigatório. Nessa situação, considerar-se-á interrompido o contrato durante o período em que o empregado estiver prestando o serviço militar.
- E Mauro, empregado de um estabelecimento comercial, participou, de forma pacífica, em greve deflagrada em conformidade com a legislação em vigor, pelo respectivo sindicato. Nessa situação, conforme a legislação pertinente, o contrato de trabalho de Mauro, durante sua participação no evento paretista, será considerado suspenso.

QUESTÃO 86

Com referência à alteração do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A Ao empregador, detentor do poder diretivo e responsável pelos riscos do empreendimento, é assegurada a faculdade de promover alterações nos contratos de trabalho que julgar necessárias para a preservação do empreendimento.
- B A jornada de trabalho inicialmente ajustada pode ser elevada a critério do empregador, de modo unilateral, quando existir aumento da demanda por seus produtos e(ou) serviços.
- C Em caso de força maior, poderá o empregador exigir a prestação de labor além do limite legal ou contratual, caso em que ficará obrigado a remunerar a sobrojornada com valor mínimo equivalente ao da hora normal.
- D O salário convencionado pode ser objeto de redução, na presença de circunstâncias excepcionais que justifiquem essa medida, mediante ajuste bilateral entre empregado e empregador.
- E Ao empregador é vedado destituir empregado de posto de confiança, ocupado por mais de dez anos, por aplicação da teoria da estabilidade econômica.

QUESTÃO 87

A propósito do acidente de trabalho e de seus vários aspectos, assinale a opção **incorreta**.

- A Considera-se acidente de trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- B A doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho, descaracteriza acidente do trabalho.
- C O acidente sofrido pelo trabalhador, no deslocamento de sua casa ao trabalho, está inserido no conceito de acidente do trabalho.
- D A doença degenerativa, a inerente a grupo etário e a que não produza incapacidade laborativa são excluídas do conceito de acidente de trabalho.
- E O acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho, durante o intervalo para refeição e descanso, é desqualificado como acidente do trabalho.

QUESTÃO 88

Acerca das situações de estabilidade e de garantia do emprego, assinale a opção correta.

- A O empregado que sofre acidente do trabalho tem garantido o emprego por doze meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, salvo se estiver percebendo auxílio-acidente.
- B Os empregados integrantes de comissões de conciliação prévia, representantes dos trabalhadores, não podem ser dispensados injustamente por seus empregadores, inclusive durante um ano após o término de seus mandatos, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- C Comprovada a gravidez, adquire a empregada a estabilidade no emprego, que pode ser convalidada em indenização, a critério exclusivo da trabalhadora gestante.
- D O empregado eleito para representar os trabalhadores em Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) detém estabilidade no emprego apenas no período compreendido entre o instante do registro de sua candidatura e o término de seu mandato.
- E Ao empregado que concorre a cargo de direção e representação sindical, a estabilidade no emprego estará assegurada apenas na hipótese de eleição, prorrogando-se, nesse caso, ao período de um ano após o término do mandato.

QUESTÃO 89

Considerando as regras que informam a organização sindical brasileira, assinale a opção correta.

- A O princípio da unicidade sindical, que é apenas aplicável às organizações sindicais de base, determina a existência de um único sindicato na mesma base territorial, que deve ser definida pelos trabalhadores e que não pode ser inferior à área de um município.
- B As centrais sindicais e as confederações integram a estrutura sindical brasileira, em terceiro grau.
- C Por aplicação do princípio da liberdade sindical, nenhuma exigência pode ser imposta pelo poder público para a criação dos sindicatos, cujo funcionamento igualmente não pode ser objeto de fiscalização estatal.
- D Para custeio do sistema confederativo de organização sindical, apenas os trabalhadores sindicalizados devem arcar com o pagamento da contribuição fixada em assembléia da categoria.
- E A participação dos sindicatos profissionais nas negociações coletivas de trabalho é obrigatória, salvo se houver previsão estatutária ou decisão da assembléia da categoria em contrário.

QUESTÃO 90

Com relação à competência da justiça do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- A Os inquéritos para apuração de falta grave de dirigente de sindicato com base territorial equivalente à área do estado da federação em que está sediado devem ser julgados, originariamente, pelo respectivo tribunal regional do trabalho.
- B Os conflitos de natureza coletiva, envolvendo a paralisação deflagrada por determinada categoria profissional, são julgados pelos tribunais do trabalho.
- C Os conflitos entre os trabalhadores portuários avulsos e o sindicato ao qual são vinculados, concernentes à execução de suas atividades, são dirimidos pela justiça do trabalho.
- D Os litígios de natureza civil entre o pequeno empreiteiro e seu contratante são dirimidos pela justiça do trabalho.
- E Os conflitos relativos a danos morais resultantes da relação de emprego são da competência da justiça do trabalho.

QUESTÃO 91

Julgue os itens a seguir, relativos ao princípio da legalidade e da aplicação da lei penal no tempo.

- I A lei penal, quando omissa ou lacunosa, poderá ser suprida pela analogia, pelos princípios gerais de direito ou pelo costume.
- II Na situação em que um réu tenha praticado três crimes em continuidade delitiva, sendo um na vigência de lei nova, mais grave, e os outros dois, na vigência de lei antiga, mais benigna, deve ser aplicada a lei nova a toda série delitiva.
- III A Lei n.º 9.714/1998, que introduziu o sistema de substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, por ser mais benigna, tem aplicação retroativa.
- IV Os crimes de lesão corporal leve e de lesão corporal culposa eram de ação penal pública incondicionada. Atualmente, com o advento da Lei n.º 9.099/1995, esses crimes tornaram-se de ação penal pública condicionada à representação. Assim sendo, mesmo que uma ação penal tenha sido iniciada antes do advento da Lei n.º 9.099/1995, deve ser aplicada a lei nova.
- V Considere a seguinte situação hipotética.
João, de 17 anos de idade, praticou um crime de homicídio qualificado. Um dia após a prática da infração penal, adveio a Lei n.º 2.000/2003, que reduziu a menoridade penal para 16 anos de idade, ao estabelecer no art. 1.º que os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
Nessa situação, João responderá processo-crime pelo crime perpetrado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 92

Cada opção abaixo apresenta uma situação hipotética acerca da aplicação da lei penal no espaço, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Um indivíduo praticou crime de homicídio a bordo de um navio de guerra que ostentava a bandeira dos Estados Unidos da América, mas que se encontrava em mar territorial brasileiro. Nessa situação, será aplicada ao indivíduo a legislação penal brasileira.
- B Um crime de estupro foi perpetrado no interior de uma aeronave privada brasileira de transporte de passageiros, no momento em que esta sobrevoava o espaço aéreo argentino. Nessa situação, deve ser aplicada a lei penal brasileira, mesmo que o crime seja julgado na Argentina.
- C Um brasileiro se casou mais de uma vez em país onde a poligamia é permitida. Nessa situação, ao voltar ao Brasil, ele não poderá ser punido pela lei penal brasileira correspondente.
- D Um brasileiro praticou crime de roubo na embaixada brasileira sediada na Itália, subtraindo vários objetos e móveis de propriedade da União. Nessa situação, o brasileiro ficará sujeito à legislação italiana.
- E Um crime contra a liberdade do presidente da República ocorreu no estrangeiro. Nessa situação, o crime deve ser julgado com base no princípio da nacionalidade ativa, previsto no Código Penal.

QUESTÃO 97

A respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A No crime de peculato, o objeto material deve ser público; sendo particular, restará configurada outra infração penal.
- B O diretor de uma sociedade de economia mista somente poderá ser considerado funcionário público quando sujeito ativo de crime, e não quando vítima.
- C O funcionário público fora da função, ou antes de assumi-la, não pode ser sujeito ativo do crime de corrupção passiva.
- D O crime de concussão é material, consumando-se com o recebimento pelo agente da vantagem indevida.
- E O funcionário público que retarda ou deixa de praticar ato de ofício, indevidamente e sem motivo algum, pratica o crime de prevaricação.

QUESTÃO 98

As opções abaixo apresentam situações hipotéticas a propósito da suspensão condicional da pena e do livramento condicional, seguidas de assertivas a serem julgadas. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Um indivíduo foi condenado à pena privativa de liberdade de dois anos de reclusão. O magistrado, na sentença penal, entendeu não ser indicada a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Nessa situação, o juiz está desobrigado a se pronunciar sobre a suspensão condicional da pena.
- B Antônio, maior de 70 anos de idade, foi condenado pela prática do crime de roubo simples, à pena privativa de liberdade de quatro anos de reclusão, a ser cumprida em regime semi-aberto. Nessa situação, em face do *quantum* da pena imposta, não será cabível a suspensão condicional da pena.
- C Um sentenciado estava cumprindo o período de prova da suspensão condicional da pena — *sursis* —, quando veio a praticar nova infração penal. Nessa situação, será considerado prorrogado o prazo do *sursis*, a partir da prática da nova infração penal até o julgamento definitivo do novo crime.
- D Um sentenciado teve revogado o seu livramento condicional em razão de condenação irreversível por fato praticado durante a vigência do período de prova, começando a cumprir o restante da reprimenda sem descontar o período em que ficou solto. Nessa situação, não poderá obter novo livramento com referência a esta pena, mas poderá consegui-lo para a reprimenda da nova condenação.
- E Paulo, réu reincidente e com maus antecedentes, foi condenado à pena privativa de liberdade de 8 anos de reclusão pela prática do crime de estupro simples. Nessa situação, após o cumprimento de quatro anos da reprimenda, Paulo preencherá o requisito objetivo-temporal para pleitear o livramento condicional.

QUESTÃO 99

Julgue os itens abaixo, relativos à extinção da punibilidade.

- I Na ação penal privada, quando o querelante deixa de promover o andamento do processo por trinta dias seguidos, ocorre a preempção, que é causa de extinção da punibilidade.
- II O indulto, além de extinguir a punibilidade, restitui a primariedade ao sentenciado.
- III De acordo com a orientação do STF, nos casos de dupla titularidade, há dois prazos autônomos para fins de decadência, um reservado ao ofendido e outro ao seu representante legal, prazos esses que correm separadamente, em relação a quem tiver conhecimento da autoria do crime.
- IV A sentença que concede o perdão judicial extingue a punibilidade, mas deixa os efeitos secundários.
- V Considere a seguinte situação hipotética.
Oto praticou crime de estupro contra Rosinete, mediante o emprego de violência física. Logo após a instauração de inquérito policial, Rosinete veio a casar com Nilton, primo de Oto.
Nessa situação, em face do casamento da vítima com terceiro, haverá a extinção da punibilidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 100

A respeito dos crimes contra a fé pública, assinale a opção correta.

- A A utilização de uma cédula de R\$ 100,00 grosseiramente falsificada configura, em tese, o crime de moeda falsa.
- B O indivíduo que adulterar o nome e a data de nascimento de uma reprodução fotográfica, não-autenticada, de uma cédula de identidade praticará o crime de falsificação de documento público.
- C A adulteração de reconhecimento de firma autêntico, realizado em instrumento particular de mandato, é, em tese, crime de falsificação de documento particular.
- D O agente que falsifica carteira de trabalho e posteriormente a utiliza responde, em concurso, pelos crimes de falsificação de documento público e de uso de documento falso.
- E A inserção de informação inverídica em requerimento protocolizado em órgão público não configura o crime de falsidade ideológica.

